

## De Capacidades Estatais à Gestão Municipal: Conceitos, Indicadores e Índices

- André Marengo

A difusão no uso de “capacidades estatais” como ferramenta analítica provavelmente esteja associada ao movimento de trazer o estado de volta (Cingolani, 2020). Abordagens histórico-comparativas sobre a formação de Estados nacionais (Skocpol, 1985; Mann, 1986; Tilly, 1990; Tilly, 2007) enfatizaram recursos e atributos infraestruturais que permitiram a constituição de *enforcement* estatal, conforme as palavras de Skocpol:

*implement official goals, especially over the actual or potential opposition of powerful social groups or in the face of recalcitrant socioeconomic circumstances.* (Skocpol, 1985, p. 9).

Convergente é a delimitação oferecida por Tilly:

*State capacities means the extent to which interventions of state agents in existing non-state resources, activities and interpersonal connections alter existing distributions of those resources, activities and interpersonal connections as well as relations among those distributions.* (Tilly, 2007, p.6).

Posteriormente, a caixa de ferramentas de “capacidades estatais” expandiu sua utilização para estudos sobre padrões de desenvolvimento, sobretudo econômico (Evans, 1995; Evans e Rauch, 1999; Acemoglu, 2005; Knutsen, 2013; Gomide, 2021). Nova decantação do conceito verifica-se com seu emprego para explicar variações em qualidades de governo para o planejamento e implementação de políticas públicas (Rothstein, 2011; Cingolani, Thomsson e Crombrugge, 2015; Wu et al, 2015; D’Arcy e Nistotskaya, 2017; Nistotskaya e D’Arcy, 2018; Meckling e Nahn, 2022). Menos frequentes são estudos sobre governos subnacionais, em especial referentes à gestão municipal (Acemoglu, Garcia-Jimeno, and Robinson, 2015;

Marenco et al, 2017; Juliano, Batista e Valente, 2019; Sátyro e Cunha, 2019; Grin e Abrucio, 2018; Grin, De Marco e Abrucio, 2021; Lopez, Batista e Marenco, 2024)

A expansão no emprego de capacidades estatais contribuiu para sua polissemia e diversificação de dimensões analíticas consideradas para sua observação e mensuração (Cingolani, 2013; Hanson e Sigman, 2021). Tem sido focadas dimensões coercitivas (Centeno, 2002; Hendrix, 2010; Thies, 2010), extrativa (Levi, 1988; Besley e Persson, 2008; Dincecco, 2018), legal (Krasner e Risse, 2014) e administrativa (Evans e Rauch, 1999; Cingolani et al, 2015).

Balanzo promovido por D’Arcy e Nistotskaya (2021) sobre a produção científica empregando “capacidades estatais” como ferramenta analítica identificou duas principais abordagens, em torno às quais essa literatura pode ser classificada. Em primeiro lugar, uma abordagem **funcionalista**, para a qual capacidades estatais são associadas a diferentes funções exercidas por instituições públicas: coerção, extração fiscal, legal, administrativa, produção de bens públicos. Ainda conforme as autoras, os principais problemas metodológicos identificados na produção científica de “capacidades estatais” -como *conceptual-stretching*, circularidade e ambiguidade- estariam associados à esta abordagem.

Para D’Arcy e Nistotskaya, constitui procedimento metodológico indispensável distinguir meios e resultados, bem como considerar o efeito de outras variáveis na geração destes indicadores “funcionais”. Assim, as autoras mostram como cadastros, registros e órgãos especializados em coleta de impostos afetam a arrecadação fiscal (D’Arcy e Nistotskaya, 2017; Nistotskaya, D’Arcy, 2018; D’Arcy, Nistotskaya, and Robert, 2019). Da mesma forma, argumentam que volume fiscal depende de preferências fiscais governamentais, de sequências *path-dependent*, e de fatores contextuais como desenvolvimento e potencial econômico, não constituindo indicadores adequados de capacidades estatais. Assim, por exemplo, arrecadação municipal própria pode corresponder ao perfil da burocracia local, mas também -e fortemente- ao porte do município (Marenco et al, 2017). Caso não se queira desprezar esta dimensão financeira, uma alternativa poderia ser considerar execução

orçamentária como *proxy* de capacidade de gestão (Giacomel, 2022). Por outro lado, e paradoxalmente, indicadores como “restrições à taxaço governamental” e “direitos de propriedade” (Acemoglu, Johnson e Robinson, 2001) valorizam como indicadores de CEs justamente uma arrecadaço fiscal mais limitada. Imparcialidade (Rothstein, 2011), controle de corrupço e Rule of Law (Hanson e Sigman, 2021), democracia e exportaço de commodities (Hendrix, 2010) corresponderiam a *outputs* e *outcomes* igualmente inconsistentes para medir meios de implementar decisões e políticas. Finalmente, Tilly (2007) e Acemoglu e Robinson (2022) mostraram como coerço não possui relaço linear com governos constitucionais, mas em U invertido: monopólio da coerço pode ser condiço para a oferta de bens públicos, mas doses elevadas de coerço assimétrica incentivam perdas de delegaço e governos não responsivos.

Paralelo, D’Arcy e Nistotskaya (2021) descrevem uma segunda abordagem em investigaço empregando “capacidades estatais”, denominada **generalista**, traduzida em instrumentos e recursos necessários para “Implementation of any political decision” (D’Arcy e Nistotskaya, 2021, p. 761). Três conjuntos de recursos seriam relevantes, nesta direço: (1) capacidade técnica da burocracia (Evans e Rauch, 1999), (2) alcance territorial das instituiço públicas (Mann, 1984; Soifer, 2008) e, (3) recursos informacionais, como cadastros, registros, bases de dados, com uso de meios digitais e georreferenciados (D’Arcy e Nistotskaya, 2017; Brambor et al, 2019; Cingolani, 2019).

Considerar “capacidades estatais” como **instrumentos e recursos necessários para implementar decisões e políticas** -como sugerem D’Arcy e Nistotskaya- apresenta duas vantagens metodológicas. Ao valorizar recursos **infraestruturais**, permite considerar “capacidades estatais” estritamente como “meios para”, separados analiticamente da sequêcia de resultados que possam ser deles decorrentes (fiscais, provisão de serviços). Ao mesmo tempo a delimitaço a instrumentos e recursos oferece melhores possibilidades de reconstituir e testar mecanismos causais que ligam “capacidades estatais” a seus efeitos presumidos.

Por outro lado, é preciso considerar se não haveria um *blind spot* no modelo de D’Arcy e Nistotskaya, presente na subestimação de capacidades **estratégicas** (Meckling e Nahm, 2022). Tratam-se de recursos políticos que alteram a distribuição de poder e, com isto, as estratégias dos agentes e se expressam em arranjos institucionais (Gomide e Pires, 2024) e instrumentos regulatórios (Lowi, 2009).

### **Do *statebuilding* às gestões municipais**

Esforço seguinte consiste em traduzir estas categorias para a escala municipal, considerando agenda e arenas próprias de planejamento e implementação de políticas. Da mesma forma, é preciso levar em conta a disponibilidade de dados e informações para os 5.570 municípios brasileiros.

Capacidades infraestruturais podem ser desagregadas em três categorias: técnicas, administrativas e informacionais.

Indicadores de capacidades **técnicas** correspondem à combinação entre vínculos e escolaridade dos servidores públicos municipais. “Estatutários com escolaridade superior” permite aferir tanto a proporção de funcionários de carreira - e, portanto, autonomia, resiliência e continuidade- quanto sua qualificação técnica. Por sua vez a proporção de servidores “sem vínculo permanente” (SVP), mas com escolaridade superior indica os critérios para contratações flexíveis, direcionadas para profissionais mais qualificados. Embora parte da literatura (Dahlstrom e Lapuente, 2017) -seguindo tradição wilsoniana- considere que separação quase absoluta entre política e administração constitua condição para qualidade de governo, sugerimos adotar premissa de que a “politização” constitua mecanismo para traduzir preferências majoritárias em políticas públicas. Desta forma, seguimos outra vertente da literatura (Rouban, 2001; Kopecky e Scherlis, 2008; Meyer-Sahling e Veen, 2012; Lopez e Praça, 2015; Lopez e Silva, 2019; Lopez e Moreira, 2022; Marengo, 2023) que procura distinguir diferentes tipos de politização, considerando

principalmente a proporção de cargos de nomeação política (CCs) e a escolaridade de seus ocupantes.

Ainda em relação à capacitação dos servidores, é preciso verificar se o município possui política para o incentivo à ocupação de cargos de chefia por mulheres e se desenvolve ações de formação e treinamento em áreas como educação, saúde, assistência, meio ambiente.

Converter a categoria de alcance territorial para a escala local pode ser feita considerando a existência de órgãos **administrativos** próprios para a execução de políticas estruturantes na gestão municipal, como educação, saúde, assistência social, meio ambiente, habitação, gestão de riscos e desastres, defesa civil, políticas para mulheres. Capilaridade pode ser verificada também pela existência e dimensão de programas como Agentes Comunitários de Saúde. Por outro lado, embora mobilidade urbana e transportes sejam fundamentais em metrópoles e grandes cidades, é preciso avaliar se a existência de órgão próprio deveria constituir exigência em municípios de pequeno porte.

Capacidade para implementar políticas depende do escopo e qualidade de **informações** disponíveis para gestores públicos. Arrecadação fiscal própria requer instrumentos como cadastro imobiliário informatizado e georreferenciado e Planta Genérica de Valores informatizada (Ten Cate; Marengo; Kern e Bruxel, 2024); Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização auxilia no planejamento do desenvolvimento urbano; recursos para gestão ambiental necessitam de base cartográfica digitalizada; mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações instrumentalizam políticas de gestão de riscos e desastres; demanda da população em idade escolar não atendida, cadastro de famílias interessadas em programas habitacionais orientam a definição de prioridades orçamentárias; existência de estrutura organizacional para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) torna a gestão municipal mais eficiente, transparente e ágil.

Capacidades estratégicas podem corresponder a **instrumentos regulatórios** que constroem ações de agentes individuais e coletivos e ampliam o potencial para

a implementação de políticas municipais. Neste caso, devem ser considerados como mecanismos ou capacidades de segunda ordem (Capano et al, 2019; Grin, 2024) uma vez que como legislações são resultados de capacidades de implementar decisões, mas, na sequência ampliam instrumentos e recursos de *enforcement* sobre agentes sociais e econômicos. O Plano Diretor Municipal representa o principal instrumento na regulação do espaço urbano e fixação de diretrizes para o desenvolvimento municipal. A Constituição Federal em seu art. 182, par. 1º e o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), art 5º determinam a obrigatoriedade da elaboração de Planos Diretores para municípios acima de 20 mil habitantes e também para municípios inferiores a este porte, mas situados em regiões metropolitanas, além de outras condições. A revisão do Plano Diretor (PDM-R) é obrigatória após 10 anos de sua elaboração. A existência de legislações urbanas como Lei de Contribuição de Melhoria, Lei de Operação Consorciada, Lei das Zonas de Especial Interesse Social, Perímetro Urbano, Parcelamento do Solo, Zoneamento do Solo, Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental e Código de Obras representam instrumentos de intervenção da gestão municipal sobre o uso e ocupação do solo urbano.

Capacidades estratégicas são potencializadas ainda por **arranjos institucionais** que reforçam a governança local, a colaboração com representações sociais e a implementação de ações e programas. Não apenas a existência, mas principalmente a regularidade no funcionamento de conselhos nas áreas de planejamento e desenvolvimento urbano, habitação, educação, saúde, assistência social, direitos da mulher e transparência devem ser aferidos como recursos para a qualidade da gestão municipal. Paralelo, cooperação governamental multinível através da participação em consórcios intermunicipais ou estaduais permite compartilhar equipamentos e coordenar ações e políticas cuja implementação ultrapassa os limites geográficos municipais.

Enquanto há ampla literatura indicando efeitos de capacidades estatais sobre a implementação de políticas públicas, ponto cego parece residir no rastreamento de fatores geradores destes recursos infraestruturais e estratégicos, problema

especialmente relevante ao considerar-se toda a diversidade dos 5.570 municípios brasileiros. Uma pista promissora pode residir no modelo de ativadores e mecanismos de primeira e segunda ordem (Capano et al, 2019; Capano e Howlett, 2023; Grin, 2024). Nesta perspectiva, *policy tools* podem representar o efeito de *gatilhos* induzindo a incorporação de capacidades infraestruturais (técnicas, administrativas e informacionais). É o caso, por exemplo do Estatuto das Cidades, ao determinar a adoção de Planos Diretores e sua revisão em um intervalo de 10 anos. Planos Diretores, legislação urbanística, cadastros imobiliários, planta genérica de valores, técnicos capacitados, constituem mecanismos de primeira ordem (Marenco, Abulatif, Bruxel e Amaral, 2024). É o caso ainda de políticas reguladas pelo governo federal (saúde, assistência e, em menor nível educação), com o federalismo cooperativo incentivando estruturas administrativas, pessoal, consórcios. Por outro lado, arenas de políticas (Lowi, 2009) importam, com políticas redistributivas ou regulatórias constituindo maior fonte potencial de vetos (*policy feedback* e mecanismos de segunda ordem).

**Figura 1 – Framework analítico para a construção de indicadores de gestão municipal**



### Quadros 1,2,3,4 e 5 – Indicadores de Gestão Municipal e relação com ODS

<b>TÉCNICOS</b>	<b>ODS</b>
Estatutários com escolaridade superior (proporção em relação administração direta)	16, 17
CCs com escolaridade superior (proporção em relação total CCs)	16, 17
SVP com escolaridade superior	16, 17
Realiza capacitação para servidores meio ambiente (Existência e regularidade)	6,7,9, 11, 12, 13, 14, 15
Formação continuada para professores	4
Existe política de priorização de cargos para mulheres em chefia e assessoramento	5, 10
Pessoal ocupado na área de assistência social no município participou de cursos de capacitação	1, 2, 8, 10, 16, 17
Capacidade de execução orçamentária em relação ao autorizado	16, 17

<b>ADMINISTRATIVOS</b>	<b>ODS</b>
Órgão gestor planejamento e desenvolvimento urbano (Órgão ou secretaria próprio)	6, 10, 11, 12
Órgão gestão ambiental (Órgão ou secretaria próprio)	6, 7, 11, 13, 14, 15
Órgão gestor Educação (Órgão ou secretaria próprio)	1, 4, 5, 8, 10
Órgão gestor Saúde (Órgão ou secretaria próprio)	1, 3, 6, 10, 11
Órgão gestor Assistência Social (Órgão ou secretaria próprio)	1, 2, 8, 10
Órgão gestor para riscos e desastres (Órgão ou secretaria próprio)	11,13
Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) ou órgão similar	11, 13
Organismo executivo de políticas para as mulheres - existência	5, 8, 10
Programa de Agentes Comunitários de Saúde – existência	1, 3, 6, 10, 11
Órgão gestor Habitação - Órgão ou secretaria próprio	1, 6, 10, 11
Número (per capita) equipamentos municipais educação	1, 4, 5, 8, 10
Número per capita equipamentos (hospitais, postos de saúde)	1, 3, 6, 10, 11



<b>INFORMACIONAIS</b>	<b>ODS</b>
Cadastro imobiliário	10, 11, 12, 13
Cadastro imobiliário informatizado e georeferenciado	10, 11, 12, 13
Planta Genérica de Valores	10, 11, 12, 13
Planta Genérica de Valores informatizada	10, 11, 13
Recursos para gestão ambiental (Base cartográfica digitalizada)	6, 7, 9, 11, 12, 13
O município realiza levantamento de demanda da população em idade escolar que não esteja sendo atendida	4, 10
Cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais	1, 6, 10, 11
Mapeamentos de áreas de risco de enchentes ou inundações	1, 11, 13
Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização	6, 10, 11, 13
Estrutura organizacional para a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) - existência	16, 17

<b>REGULATÓRIOS</b>	<b>ODS</b>
Plano Diretor Municipal	3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15
Revisão do Plano Diretor Municipal	3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15
Lei de Contribuição de Melhoria	6,7,8,9,10,11,12,
Lei de Operação Consorciada	2, 3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15, 17
Lei das Zonas de Especial Interesse Social	3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15
Parcelamento do Solo	3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15
Zoneamento do Solo	3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15
Código de Obras	3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15
Perímetro Urbano	3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15
Legislação sobre estudo prévio de impacto ambiental	3,6,7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15

ARRANJOS INSTITUCIONAIS	ODS
Conselho Municipal Planejamento ou desenvolvimento urbano (Existência e regularidade)	6, 11, 12, 16, 17
Conselho Municipal Meio Ambiente (Existência e regularidade)	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17
Participa de Consórcio área ambiental (Intermun, estadual, federal, apoio PPP)	6, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17
Conselho Municipal Educação (Existência e regularidade)	4, 16, 17
Conselho Municipal Saúde (Existência e regularidade)	3, 16, 17
Conselho Municipal Assistência (Existência e regularidade)	1, 2, 8, 10, 16, 17
O órgão gestor da saúde faz parte de algum Colegiado de Gestão Regional	3, 16, 17
O município faz parte de consórcio público na área de educação	4, 16, 17
O município faz parte de consórcio público na área de assistência social	1, 2, 8, 10, 16, 17
O município faz parte de consórcio público em outra área	16, 17
Conselho Municipal de Transparência ou similar - existência	16, 17
Conselho municipal de direitos da mulher - existência	5, 16, 17

## Referências

Acemoglu, Daron ; Simon, Johnson, and Robinson, James (2001). The Colonial Origins of Comparative Development: An Empirical Investigation. *American Economic Review*, 91, (5): 1369– 401.

Acemoglu, Daron (2005). Politics and Economics in Weak and Strong States. *Journal of Monetary Economics*, 52 (7): 1199–226.

Acemoglu, Daron ; Garcia- Jimeno, Camilo and James Robinson. (2015). State Capacity and Economic Development: A Network Approach. *American Economic Review*, 105, (8): 2364– 409.

Acemoglu, Daron and Robinson, James (2022) . *O corredor estreito*. Rio de Janeiro, Intrínseca.

Besley, T., and Persson, T. (2008). Wars and State Capacity. *Journal of the European Economic Association*, 6 (2–3): 522–30.

Brambor, Thomas; Goenaga, Agustín; Lindvall Johannes and Teorell, Jan (2019). The Lay of the Land: Information Capacity and the Modern State. *Comparative Political Studies* advance online publication. [https:// doi.org/ 10.1177/ 0010414019843432](https://doi.org/10.1177/0010414019843432)

- Capano, G.; Howlett ; Ramesh, M.; Virani, A. (2019) *Making Policies Work: First- and Second-order Mechanisms in Policy Design*. Edward Elgar Publications.
- Capano, G.; Howlett , M. How tools work. Policy Instruments as Activators and Mechanisms. In: HOWLETT, M. *The Routledge handbook of policy tools*. New York, NY : Routledge, 2023
- Centeno, Miguel (2002). *Blood and Debt: War and the Nation- State in Latin America*. University Park, PA: Penn State Press.
- Cingolani, Luciana (2013). The State of State Capacity: A Review of Concepts, Evidence and Measures. AFD-MGSoG/UNU-Merit Working Paper Series on Institutions and Economic Growth.
- Cingolani, Luciana ; Thomsson, Kaj and Crombrugghe, Denis De (2015). Minding Weber more than Ever: The Impacts of State Capacity and Bureaucratic Autonomy on Development Goals. *World Development* 72: 191– 207.
- Cingolani, Luciana (2019). Digital State Capacities: The Impact of Fiscal Digital Technology on Tax Performance in Europe. Paper presented at the workshop State Capacity Research: Advancing Conceptual and Methodological Frontier. Gothenburg, June 10– 11.
- Cingolani, Luciana (2020). The Role of State Capacity in Development Studies. *Journal of Development Perspectives* , Vol. 2, No. 1-2 (2018), pp. 88-114
- D’Arcy, Michelle and Nistotskaya, Marina (2017). State First, Then Democracy: Using Cadastral Records to Explain Governmental Performance in Public Goods Provision. *Governance*, 30 (2): 193– 209.
- D’Arcy, Michelle, Nistotskaya, Marina and Ellis, Robert (2019). Mapping the State: Measuring Infrastructural Power through Cadastral Records. Proceedings of the International Federation of Surveyors’ Working fig\_ proceedings/ fig2019/ papers/ tso4j/ TS04J\_ nistotskaya\_ darcy\_ et\_ al\_ 9784.pdf Week. Hanoi, April. <https://www.fig.net/resources/proceedings/>
- D’Arcy, Michelle and Nistotskaya, Marina (2021). State Capacity, Quality of Government, Sequencing, and Development Outcomes. In: Bågenholm, Andreas and others (eds), *The Oxford Handbook of the Quality of Government*, Oxford Handbooks.
- Dahlström, Carl and Victor Lapuente (2017). *Organizing Leviathan: Politicians, Bureaucrats, and the Making of Good Government*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Dincecco, Mark (2018). *State Capacity and Economic Development: Present and Past*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Evans, Peter and Rauch, James (1999). Bureaucracy and Growth: A Cross- National Analysis of the Effects of ‘Weberian’ State Structures on Economic Growth. *American Sociological Review*, 64 (5): 748– 65.
- Evans, P. B. (1995). *Embedded Autonomy*. Princeton, NJ: Princeton University Press
- Giacomel, Lucas (2022). O que planejam e o que executam os municípios gaúchos? Revelando as alterações de gastos durante a execução do orçamento público (2005 - 2016). Dissertação Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
- Gomide, Alexandre (2021). Democracy and bureaucracy in newly industrialized countries: A systematic comparison between Latin America and East Asia. *Governance*, p. 1–20. <https://doi.org/10.1111/gove.12572>
- Grin, E. J.; Abrucio, F. L. (2018). Las capacidades estatales de los municipios brasileños em un contexto de descentralización de políticas. *Reforma y Democracia*, 70, 93-126,
- Grin, E. J.; De Marco, D. J. and Abrucio, F. L. (Eds.). (2021). *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro*. Editora da UFRGS/CEGOV.
- Grin, Eduardo (2024). Capacidades estatais: antecedentes críticos, conjunturas críticas e mecanismos explicativos. *Cadernos Enap*, 133, p. 43-54.
- Hanson, Jonathan K. and Sigman, Rachel (2021). Leviathan’s Latent Dimensions: Measuring State Capacity for Comparative Political Research. *The Journal of Politics*, 83:4, 1495-1510
- Hendrix, Cullen. (2010). Measuring State Capacity: Theoretical and Empirical Implications for the Study of Civil Conflict. *Journal of Peace Research*, 47 (3): 273– 85.
- Juliano, M. C. ; Batista, Mariana ; Valente, A. (2019) . Capacidade Local Em Políticas De Saúde: Uma Análise Dos Municípios Brasileiros. *Política Hoje*, v. 28, p. 39, 2019.
- Knutsen, Carl- Henrik. (2013). Democracy, State Capacity, and Economic growth. *World Development*, 43: 1– 18.
- Kopecky, P. and Scherlis, G. (2008). Party patronage in contemporary Europe. *European Review*, 16(3), 355-371.
- Krasner, S.D. and Risse, T. (2014). External Actors, State-Building, and Service Provision. *Governance*, 27: 545-567.
- Levi, Margaret. (1988). *Of Rule and Revenue*. Oakland, CA: University of California Press.

- Lopez, F. e Praça, S. (2015). *Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal no presidencialismo de coalizão brasileiro*. Brasília, DF: Ipea.
- Lopez, F. e Silva, T. (2019). Filiações partidárias e nomeações para cargos da burocracia federal (1999-2018). *Revista de Administração Pública*, 53(4), 711-731.
- Lopez, Félix; Moreira, Thiago. O Carrossel Burocrático dos Cargos de Confiança: Análise de Sobrevivência dos Cargos de Direção (DAS) do Executivo Federal Brasileiro (1999-2017). *Dados*, v. 65, p. 1-30, 2022
- Lopez, Félix; Batista, Mariana e Marengo, André (2024). Estudos sobre a burocracia no nível subnacional: avanços e perspectivas. *Cadernos de Gestão Pública*, v. 29, p. e90527-3, 2024.
- Lowi, Theodore (2009). *Arenas of Power*. Paradigm Publishers.
- Mann, Michael. (1986). *The Sources of Social Power: A History of Power from the Beginning to AD 1760*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Marengo, A.; Strohschoen, M.T.; Joner, W. (2017). Capacidade estatal, burocracia e tributação nos municípios brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, v.25, n. 64(64), p.3-21, 2017
- Marengo, André (2023). Policy-making ou recompensas? Nomeações políticas nos governos municipais brasileiros. *Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 57, p. 1-23.
- Marengo, André; Abulatif, Lisandro.; Bruxel, Marília.; Amaral, Eugênia. (2024). Diferenças no planejamento urbano em pequenos municípios brasileiros: uma análise sob a perspectiva das capacidades estatais. 14º Encontro ABCP, Salvador, 5 a 8 agosto.
- Meckling, Jonas and Nahm, J. (2022) .Strategic State Capacity: How States Counter Opposition to Climate Policy. *Comparative Political Studies*, 55(3): 493-523.
- Meyer-Sahling, J. H., & Veen, T. (2012). Governing the post-communist state: government alternation and senior civil service politicization in Central and Eastern Europe. *East European Politics*, 28(1), 4-22.
- Nistotskaya, Marina and Michelle D’Arcy. (2018). Getting to Sweden: The Origins of High Tax Compliance in the Swedish Tax State. In in Steinmo, Sven (ed.). *The Leap of Faith: The Fiscal Foundations of Successful Government in Europe and America*. Oxford Academic, pp. 33– 55.
- Rothstein, Bo (2011). *The Quality of Government: Corruption, Social Trust, and Inequality in International Perspective*. University Of Chicago Press.

Rouban, Luc. (2001). Politicization of the civil service. In Peters, G. and Pierre, J. (Eds.), *Handbook of public administration*. Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 380-391

Sátyro, Natália; Cunha, Eleonora (2019) . Jogando luzes sobre os determinantes burocráticos e de gestão da política de assistência social nos municípios brasileiros. *Opinião Pública*, v. 25, p. 401-432.

Skocpol, Theda. (1985). Bringing the State Back in: Strategies of Analysis in Current Research. In: Evans, Peter ; Rueschemeyer, Dietrich and Skocpol, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3– 37.

Soifer, Hillel. (2008). State Infrastructural Power: Approaches to Conceptualization and Measurement. *Studies in Comparative International Development*, 43 (3– 4): 231– 51.

Ten Cate, L. ; Marengo, André ; Kern, D. ; Bruxel, M. (2024) . Em que ponto estamos: capacidades estatais como ferramenta analítica para comparar governos municipais. *Cadernos Enap*, v. 1, p. 55-72.

Thies, C. G. (2010). Of Rulers, Rebels, and Revenue: State Capacity, Civil War Onset, and Primary Commodities. *Journal of Peace Research*, 47 (3): 321–32.

Tilly, C. (1990). *Coercion, Capital, and European States, AD 990-1990*. Basil Blackwell, Cambridge (Mass.).

Tilly, C. (2007). *Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wu, X; Ramesh, M.; Howlett, M. (2015). Policy capacity: A conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. *Policy and Society*, v. 34, p. 165-171.